

## ***LEI – sua elaboração: importância***

---

**ARNALDO ESTEVES LIMA\***

*Juiz do TRF – 2ª Região*

No art. 59, a CF/88 dispõe que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição; leis complementares; ordinárias; delegadas; medidas provisórias; decretos legislativos e resoluções. Seu Parágrafo único previu que lei complementar disporia sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Dando conseqüência a este preceito, o Congresso Nacional decretou e o Sr. Presidente da República sancionou a LC 95, publicada no DOU de 27.02.98, dispondo sobre tal matéria. É um diploma importante para a nossa Democracia a que se refere o art. 1º, da mesma Carta. Dentre outros grandes doutrinadores, assinala o Prof. José Afonso da Silva, na 6ª ed., RT, do seu “Curso de Direito Constitucional Positivo”, à pág. 107:

*“O princípio da legalidade é também um princípio basilar do Estado Democrático de Direito. É da essência do seu conceito subordinar-se à Constituição e fundar-se na legalidade democrática. Sujeita-se, como todo Estado de Direito, ao império da lei, mas da lei que realize o princípio da igualdade e da justiça não pela sua generalidade, mas pela busca da igualização das condições dos socialmente desiguais. Deve-se, pois, ser destacada a relevância da lei no Estado Democrático de Direito, não apenas quanto ao seu conceito formal de ato jurídico abstrato, geral, obrigatório e modificativo da ordem jurídica existente, mas também à sua função de regulamentação fundamental, produzida segundo um procedimento constitucional qualificado”.*

Inquestionável, pois, a magnitude do princípio da legalidade, segundo o qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (art. 5º, II/CF). É imperioso, assim, que a mesma, ao ser elaborada observe o estrito processo legislativo traçado na

própria CF, nos Regimentos das Casas Legislativas e, também, na referida LC, respeitado, naturalmente, o âmbito de incidência de cada um de tais instrumentos. Faremos algumas observações sobre o último diploma. Em seu capítulo I, consigna as disposições preliminares; no II, fala nas técnicas de elaboração, redação e alterações das leis, dispondo o art. 8º, que a sua vigência será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão. A importância da exigência que se contém em tal preceito é evidente. Visa não surpreender os destinatários – a coletividade – com a introdução no ordenamento jurídico para imediato ou próximo cumprimento, de lei importante, que interfira em sua vida, impondo, digamos, mudança de hábitos já formados ou exigências materiais, como por exemplo novas regras tributárias, com mais ônus, sem lhe conceder tempo razoável para se preparar, até mesmo psicologicamente, além de materialmente, para cumpri-la. Lembre-se, a título ilustrativo, das exigências fiscais, muitas vezes complexas, que são editadas em dezembro, às vezes nos seus últimos dias, para ter eficácia a partir de 1º de janeiro seguinte. É o chamado princípio da anterioridade da lei tributária (art. 150, III, “b”/CF), que deve merecer maior consideração a partir do que dispõe o mencionado art. 8º. A sua vez, o art. 9º, do mesmo diploma, determina que, se necessária a cláusula de revogação, ela deverá indicar expressamente as leis ou disposições legais revogadas; o art. 11, a seu turno, determina que as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para tal propósito, as seguintes normas: “clareza: a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando; b) usar frases curtas e concisas; c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis; d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando

preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente; e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico”. Menciona, após, as regras a serem seguidas para obter precisão e lógica. Dispõe, mais, sobre a alteração e consolidação dos atos normativos.

Como se sabe, é comum as dúvidas que as normas legais encerram, mormente quando de sua aplicação às situações concretas, daí a necessidade, muitas vezes, de interpretá-las, uma das tarefas mais difíceis do Direito, determinando-lhes o sentido e alcance, oportunidade em que o seu intérprete, seja em que atividade for e, precipuamente na Magistratura, não deve perder de vista a regra-matriz, cada dia mais atual, que se contém no art. 5º, do DL 4.657, de 04/09/1942(LICC), a determinar que, na sua aplicação deve-se atender aos fins sociais e as exigências do bem comum, a que se dirigem.

A forma por si, não deve prevalecer sobre o conteúdo, em regra. Daí, em seu art. 18, a mesma LC 95, ter prescrito que a eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento. Ao contrário, caso seja substancial, material, gerará, se caracterizada, consequência oposta, justificando e mesmo legitimando o seu não-cumprimento. A observância estrita dos princípios aplicáveis em sua feitura é de suma importância para legitimar a norma jurídica, consistindo mesmo em elemento a mais de persuasão dos destinatários, no sentido de cumpri-la, não tanto para evitar a sanção mas, sim, pela confiabilidade em seus propósitos, em síntese, por sua legitimidade, que muito tem a ver com sua raiz, que é, justamente, sua adequada elaboração. Afinal, sabendo-se que ninguém pode escusar-se de cumprir a lei, alegando não conhecê-la (art. 3º, da LICC), conhecimento fictício, pois na realidade é impossível tal missão até mesmo para os cultores do Direito, pelo menos em nosso País, em face de seu elevado número (de 88 para cá, robustecido, assustadoramente, com as `definitivas' `medidas provisórias'

reiteradamente editadas pelo Poder Executivo), a observância das boas regras e subjacentes propósitos que resultam de tal LC, são animadores, para a Cidadania em geral e, em particular para o Judiciário que ficaria aliviado de muitas ações caso as leis fossem mais claras, objetivas, fiéis, em suma, às regras, em bom momento insertas no diploma em foco. Oxalá que o nosso Congresso Nacional que tão bem a elaborou, melhor lhe aplique, não só em sua literalidade mas, sobretudo em sua finalidade, no cumprimento de sua elevada missão Constitucional, para o bem e constante aperfeiçoamento do nosso Estado Democrático de Direito.